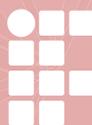


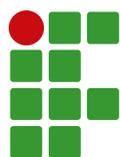
IFFAR
FORMAÇÃO

conectando
Saberes e Práticas

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO REMOTO NO IFFAR



**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha



INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

CARLA COMERLATO JARDIM

REITORA

NÍDIA HERINGER

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

VANDERLEI JOSÉ PETTENON

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

ÉDISON GONZAGUE BRITO DA SILVA

PRÓ-REITOR DE ENSINO

RAQUEL LUNARDI

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

ARTHUR PEREIRA FRANTZ

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

AUTORAS

CLEIA MARGARETE DA COSTA TONIN
NADIA BEATRIZ CASANI BELINAZO
NEILA PEDROTTI DRABACH

COLABORADORAS

APARECIDA TÂNIA LAMBERT
BARBARA GORZIZA AVILA
FERNANDA DE CAMARGO MACHADO
JOZE MEDIANEIRA DOS SANTOS ANDRADE
ITAGIANE JOST
JANETE MARIA DE CONTO

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

Alameda Santiago do Chile, nº 195 – Nossa Sra. das Dores – CEP 97050-685
Santa Maria - Rio Grande do Sul/RS - Tel.: (55) 3218.9800
iffarroupilha.edu.br

SUMÁRIO

1 Introdução	5
2 Por que, afinal, é necessário o ensino remoto?	7
3 Como podemos conceituar o Ensino Remoto?	9
4 Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto	12
4.1. Por onde começar o planejamento do ensino remoto?	14
4.2. Que metodologias de ensino e aprendizagem é possível utilizar no ensino remoto?	23
4.3. Como fica a frequência no ensino remoto?	24
4.4. E a Avaliação no ensino remoto?	25
5 Programa de Formação Continuada	28
6 Referências	29

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA



1 INTRODUÇÃO

Educação é um conceito amplo e complexo, que caracteriza o processo de desenvolvimento e realização do potencial intelectual, físico, estético e afetivo dos seres humanos. Designa o processo de apropriação da herança cultural, mas também um sistema organizado para produzir experiências a fim de internalizar, processar, atribuir sentido e construir novos conhecimentos. Em outras palavras, a educação é o processo de formação do “humano-histórico” (PARO, 2008).

A Educação Brasileira está organizada em diferentes níveis: básico e superior, sendo que a educação profissional e tecnológica é uma modalidade de ensino que tem ligação com estes dois níveis, por meio dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos tecnológicos de graduação e pós-graduação. No âmbito da educação profissional técnica de nível médio, os cursos podem ser organizados de diferentes formas: articulada, concomitante ou subsequente ao ensino médio. Além disso, a formação nos dois níveis de ensino pode se dar por meio de diferentes modalidades: a distância, educação de jovens e adultos, educação do campo, educação indígena, entre outras. Enfim, cada especificidade tem sua regulamentação própria, concepções e articulações com o contexto, com os sujeitos e com as suas demandas.

Diante do contexto de pandemia que estamos vivendo, as diferentes formas de oferta de educação básica e de educação superior foram desafiadas a repensar o seu modo de desenvolvimento, tendo vista a necessidade do isolamento social. De forma abrupta, diante da falta de perspectiva sobre as dimensões de abrangência de tempo e de espaço do coronavírus, a primeira reação de muitas instituições de ensino foi dar continuidade às suas atividades remotamente. O ensino remoto não se constituía em modalidade ou forma de oferta de ensino, portanto não tem regulamentação prévia, muito menos diretrizes e metodologias próprias para o seu desenvolvimento, o que corroborou para as dificuldades enfrentadas pelos docentes e pelos estudantes.

Com base no exposto, esse documento visa sistematizar e apresentar

algumas diretrizes e orientações para o planejamento e desenvolvimento do ensino remoto no IFFar, as quais foram construídas a partir do diálogo nos diferentes espaços de gestão do ensino. Tais orientações estão assentadas nas concepções de sociedade, ser humano e educação que orientam o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de modo a assegurar que os princípios inclusivos, democráticos e humanísticos continuem orientando o processo educativo sob esse novo formato.

Além disso, são consideradas também as novas condições de vida e suas formas de subsistência decorrentes da pandemia do coronavírus, tanto em relação aos estudantes, quanto em relação aos docentes e servidores técnico-administrativos da instituição. Não estamos vivendo na normalidade e há de se considerar que isso tem implicação direta no estado emocional e físico das pessoas. Reconhecer esse cenário é uma premissa importante para o acolhimento individual e coletivo, gerando condições favoráveis para o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem os mais satisfatórios possíveis.

Nessa direção, o documento situa brevemente a experiência institucional após o período de suspensão das atividades presenciais, as bases legais que amparam o ensino remoto e uma breve conceituação de Ensino Remoto. Em seguida, tendo como uma das bases o Parecer IFFar/CAEN n. 04/2020, o texto apresenta algumas diretrizes pedagógicas que podem contribuir no desenvolvimento dessa nova forma de oferta do ensino, e traça alguns parâmetros para a realização do planejamento, dos caminhos metodológicos possíveis, dos princípios da avaliação e, ainda, busca responder algumas dúvidas, como em relação à frequência. Por fim, faz uma breve apresentação do Programa de Formação Continuada que tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico, por meio de estudos e trocas de experiência entre as diferentes unidades de ensino do IFFar.

Ressalta-se que a partir do desenvolvimento das atividades de ensino remoto esse documento poderá ser revisto e ampliado, considerando novas questões e reflexões que emergirem da prática e/ou novas deliberações institucionais.

2 POR QUE, AFINAL, É NECESSÁRIO O ENSINO REMOTO?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus, a COVID-19, constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, o que levou à necessidade de afastamento social, entendida, mundialmente, como primeira e melhor estratégia de prevenção à contaminação. Assim, as instituições de ensino tomaram algumas medidas imediatas para prevenção e contenção de contágios, tendo sido o Ensino Remoto a principal forma de manutenção das atividades acadêmicas.

No IFFar, emergencialmente, após suspensas as atividades acadêmicas presenciais, a decisão dos colegiados superiores foi pela continuidade do calendário letivo por meio de atividades remotas. A par disso, realizou-se um processo de avaliação e acompanhamento de tais atividades por meio da criação do Comitê Institucional Emergencial (CIE). Diante de pesquisas realizadas pelo CIE, com participação de estudantes e servidores, verificou-se que essa nova forma de oferta do ensino não estava sendo eficiente, por diversos motivos, entre os quais se destacam:

- ▶ riscos da conectividade: falta de internet, de pacote de dados e de aparelhos que comportem e mantenham a qualidade de conexão;
- ▶ falta de fluência no uso de sistemas e de ferramentas de interação e de interatividade;
- ▶ falta de controle sobre o acesso qualitativo aos conteúdos;
- ▶ falta de planejamento e formação dos docentes para o desenvolvi-

mento do ensino remoto;

- ▶ não engajamento de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- ▶ inserção na rotina familiar;
- ▶ desmotivação diante do desconhecido e apreensão diante das incertezas.

A partir dos resultados dessas pesquisas, os colegiados superiores do IFFar, em diálogo com a comunidade acadêmica, decidiram pela suspensão do calendário acadêmico com vistas ao seu replanejamento de acordo com as novas perspectivas do cenário da pandemia.

Com a publicação da Portaria MEC nº 544/2020 e do Parecer CNE/CP nº 05/2020, que orientam a manutenção do calendário acadêmico e das atividades de ensino de forma remota, em todo o país, até 31 de dezembro, e a permanência do cenário de ascensão da curva da Covid 19, a instituição se depara com a necessidade de retomada das atividades letivas, ainda que de forma não presencial. No entanto, agora tem-se a oportunidade de planejar a ação pedagógica em formato diferente do que foi realizado, de modo a superar grande parte das dificuldades vivenciadas na etapa inicial do ensino remoto.

Para essa nova etapa, o IFFar adota como nomenclatura o **Ensino Remoto Planejado**. O adjetivo “planejado” denomina o processo que antecede essa nova etapa: o planejamento, ou seja, a intencionalidade que guiará os processos educativos. Se na etapa anterior a instituição foi “pega de surpresa” e teve de se adequar rapidamente, sem ter conhecimento das reais condições disponíveis para essa forma de ensino, hoje já se conhece melhor as condições, tanto dos discentes, quanto dos docentes, sendo possível atender à necessidade premente de continuar oportunizando a educação nos diferentes cursos, a partir de um formato de ensino/aprendizagem que seja melhor acolhido pelos estudantes, obtendo-se também melhores resultados.

3 COMO PODEMOS CONCEITUAR O ENSINO REMOTO?

Não há estudos e/ou literatura na área educacional que apresentem de maneira sistematizada o conceito de ensino remoto, tampouco normativas e diretrizes pedagógicas para o seu desenvolvimento. Por se tratar de um contexto sem precedentes na história da educação brasileira, foi a partir do início do cenário de isolamento social que as instituições começaram a pensar e a produzir experiências acerca dessa nova forma de ensino e aprendizagem. Desse conjunto de experiências, pode-se depreender que as diretrizes para o seu funcionamento incorporam estratégias tanto do ensino presencial, quanto do ensino a distância, mas não pode ser confundido com estes. Assim, é importante distinguir o ensino remoto das tradicionais formas de desenvolvimento do ensino: “a presencial” e “a distância”.

► **Ensino Remoto não é sinônimo de Educação a Distância** - na educação a distância todo o curso é planejado de acordo com as diretrizes dessa modalidade de ensino: há a produção prévia de materiais didáticos; há um corpo docente e tutores com o conhecimento prévio das metodologias e estratégias de ensino adequados a essa modalidade; há uma infraestrutura de apoio presencial, incluindo recursos didáticos e tecnológicos, assim como profissionais da área que oferecerão suporte presencial aos estudantes; os docentes contam com suporte de equipe multidisciplinar para produção de vídeo-aulas, que podem ser gravadas ou realizadas ao vivo; e, há um ambiente virtual de aprendizagem planejado para a interação entre professor e estudante e acesso aos conteúdos disponibilizados por meio de diferentes mídias e ferramentas digitais. Tanto os professores como os estudantes que atuam/cursam na/a educação a distância têm ciência prévia do modo como as atividades serão desenvolvidas e ao escolher essa

modalidade de ensino se preparam previamente, seja com o conhecimento sobre as ferramentas a serem utilizadas, seja com os recursos tecnológicos necessários.

► **Ensino remoto não é o ensino presencial transposto para plataformas virtuais** - o ensino presencial é desenvolvido a partir de aulas, envolvendo professor e estudantes, as quais ocorrem em tempo e espaço pré-definidos, com atividades teóricas e/ou práticas sob orientação do professor. Nas aulas, os professores têm à disposição diferentes recursos didáticos, como tecnologias educacionais, laboratórios didáticos, áreas para experimentos (dependendo da área do curso), biblioteca física, entre outros espaços disponíveis em cada instituição. Da mesma forma, os estudantes contam com toda a infraestrutura da instituição para o desenvolvimento das atividades propostas pelos docentes e para o aprofundamento dos estudos de forma autônoma.

► **Ensino Remoto não se resume às Atividades Não Presenciais** - as atividades não presenciais aparecem na legislação educacional como recursos complementares ao ensino presencial. Atividades não presenciais não requerem uso de ferramentas digitais de informação e comunicação. Embora o ensino remoto possa fazer uso de atividades não presenciais orientadas, ele não pode se resumir a isso.

Pode-se observar, a partir dessa definição de ensino a distância e de ensino presencial, que não se dispõe, de um lado, de todo o aparato tecnológico e de pessoal que envolve o ensino a distância - inclusive o próprio ensino a distância está passando por adaptações, visto que os polos de apoio presenciais também estão impedidos de funcionar de forma presencial, o que torna impraticável, entre outras coisas, a realização das avaliações de forma presencial, como a legislação exige. De outro lado, também não se pode simplesmente transpor as atividades planejadas para o ensino presencial para a forma remota, pois os tempos e espaços do ensino remoto são distintos do presencial, assim como as formas de aprender e ensinar.

Em que constitui, afinal, o ensino remoto? O ensino remoto é uma solução temporária, com vistas a dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem no contexto de isolamento social que estamos vivendo e, portanto, não configura uma nova modalidade de ensino. O adjetivo remoto indica que os sujeitos envolvidos no processo se encontram distantes, no sentido de espaço/território, e, em alguns momentos, também no sentido do tempo cronológico. Sabe-se que sem interação entre esses sujeitos, seja ela mediada ou não, não é possível promover processos educativos, e aí reside a necessidade de uso de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação e de diferentes suportes digitais para os conteúdos/conhecimentos que são objetos do ensino e da aprendizagem. Assim, pode-se conceituar ensino remoto como uma prática de ensino em que os sujeitos (professor e estudante) se encontram em espaços distintos (suas casas) e a interação entre eles ocorre por meio de tecnologias da informação e comunicação, de forma síncrona ou assíncrona, a partir de diferentes metodologias de ensino/aprendizagem e contando com diferentes suportes para o acesso aos conteúdos/conhecimentos que são objetos desse processo formativo. Nesse sentido, o ensino remoto pode se utilizar de diferentes recursos e metodologias já existentes, desde que contextualizados e adaptados às necessidades decorrentes dessa nova forma de desenvolvimento do processo formativo.

4 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO REMOTO

Esclarecido o conceito, é necessário definir algumas diretrizes pedagógicas gerais para o desenvolvimento do ensino remoto no âmbito do IFFar. O contexto em que os sujeitos estão inseridos precisa ser considerado nas diferentes estratégias de desenvolvimento de processos educativos, e isso não é diferente no ensino remoto. O que difere é exatamente o contexto, o que faz com que o desenvolvimento do ensino deva ser adequado às atuais demandas.

Profissionais da área da saúde mental caracterizam o atual contexto como “ansiogênico”, ou seja, como fator de aumento nos níveis de ansiedade dos indivíduos, em virtude das incertezas que circundam a própria pandemia, e das novas condições de vida impostas pelo vírus: isolamento social, trabalho remoto ou novas rotinas no trabalho, intensificação do trabalho doméstico, uso excessivo de telas, seja para trabalho, seja para lazer, alteração nas formas de sociabilidade, entre outros, além do medo de ser infectado ou de infectar outras pessoas. Esse cenário tem implicação direta no estado emocional das pessoas, levando ao aumento dos níveis de ansiedade, ou mesmo ao desenvolvimento de psicopatologias mais graves. Tanto os profissionais das instituições de ensino, quanto os estudantes estão imersos nesse cenário e têm sua saúde física e mental afetadas em maior ou menor grau. Tais questões devem ser consideradas nas diretrizes pedagógicas adotadas pelo IFFar para a condução do Ensino Remoto no âmbito da instituição.

Esse novo contexto está assentado em fluidez, imprevisibilidade, complexidade, ambiguidade, insegurança e na falta de clareza e concretude diante do futuro. Dialeticamente, tais características podem produzir diferentes efeitos nos sujeitos: em um primeiro momento pode imobilizar, recuar, fazer desistir; mas também pode se transformar em oportunidade para se reinventar e produzir novas e positivas experiências. No caso da

educação, ao mesmo tempo em que a pandemia produziu efeitos negativos a partir da mudança abrupta nos seus modos de desenvolvimento, pode significar uma oportunidade de se reinventar as formas de ensinar e aprender, a partir de experiências que terão efeitos tanto no presente, quanto no período pós-pandemia.

Nessa direção, apresentam-se alguns princípios e objetivos balizadores do planejamento do ensino remoto:

PRINCÍPIOS DO ENSINO REMOTO PLANEJADO:

- ▶ Empatia - cuidado primeiro com as pessoas, suas vidas e saúde;
- ▶ Todos os estudantes importam;
- ▶ Fazer o possível, diante das condições que temos;
- ▶ O fazer pedagógico deve partir do simples ao complexo, avançando o nível formativo conforme suas possibilidades;
- ▶ Foco na aprendizagem;
- ▶ A aula no formato que conhecemos não será possível, há que se pensar em novas possibilidades;
- ▶ Agir com criatividade, resignificando as dificuldades encontradas em potencialidades para a criação do novo;
- ▶ Sair de uma cultura de ensinamento para a aprendizagem ativa e personalizada;
- ▶ Aceitar as incertezas, agir com equidade, respeitando a igualdade de direitos e a individualidade de cada um;
- ▶ Somos todos aprendentes, todos fazemos parte da turma de 2020;
- ▶ Essa é uma oportunidade de mudar a educação, atualizá-la frente às demandas do século vigente;
- ▶ Moderação das expectativas: precisamos ter consciência dos nossos limites nesse momento, oferecendo apenas o que temos condições e tomando do estudante apenas o necessário, nem mais nem menos. A

situação de isolamento já está exigindo mais do que o habitual;

OBJETIVOS DO ENSINO REMOTO PLANEJADO:

- ▶ Manter o vínculo do estudante com a instituição;
- ▶ Sensibilizar o estudante a se manter ativo em seus estudos;
- ▶ Estimular a aprendizagem;
- ▶ Incentivar a capacidade de agir de forma autônoma;
- ▶ Promover a autodisciplina, desenvolvendo nos alunos um compromisso com a própria aprendizagem (aprender a aprender);
- ▶ Proporcionar a construção, elaboração e reelaboração dos conhecimentos de maneira colaborativa e coletiva.

4.1. Por onde começar o planejamento do ensino remoto?

A partir da orientação de isolamento social pelos governos locais e autoridades sanitárias, o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e Secretarias de Educação encarregadas dos diferentes níveis e modalidades de ensino (SESU, SERES, SETEC, SEB) ligadas ao MEC, passaram a expedir algumas normativas com vistas a orientar o desenvolvimento das atividades nas instituições de ensino.

A primeira normativa nesse sentido foi a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19. Esta Portaria, que teve seu prazo renovado uma vez, orientava que apenas as disciplinas que não envolvessem práticas, estágios e práticas de laboratório tivessem suas aulas presenciais substituídas por aulas em meios digitais. Na segunda quinzena de junho, foi publicada uma nova Portaria, a nº 544, que além de prorrogar o prazo para substituição das aulas presenciais até 31 de dezembro, passou a admitir também a possibilidade de substituição das atividades práticas, desde que observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo CNE. Em caso de impossibilidade da manutenção de tais atividades, a portaria possibilita ainda a

suspensão das atividades letivas durante esse período. O Parecer CNE/CP n° 05/2020 também orienta sobre o desenvolvimento das atividades de ensino, incluindo as práticas, no contexto da pandemia da COVID-19.

Dessas normativas, depreende-se que é necessário o replanejamento das atividades de ensino previstas para o calendário letivo de 2020, que não foram realizadas presencial ou remotamente até a suspensão do calendário acadêmico, ocorrida no IFFar em meados de maio. A substituição das práticas, de acordo com essas normativas, deve ser precedida de uma análise realizada pelo colegiado do curso, o qual deverá aprovar um plano de trabalho específico para estes componentes curriculares que deverão apensados ao PPC. Esses planos de trabalho devem ser encaminhados ao Ministério da Educação, após o início da retomada das atividades, no caso dos cursos de graduação.

Para além dessa exigência legal, o planejamento do que será trabalhado e de que forma isso irá ocorrer, é o primeiro passo. Porém, antes de se falar dos procedimentos pedagógicos do planejamento é necessário falar do sujeito que planeja.

Quando começa um planejamento? O planejamento é um processo que reúne muitos elementos, não somente o que e como o professor precisa desenvolver no âmbito da sua prática pedagógica. O estado mental e físico do professor é muito importante para que este esteja “inteiro” para realizar essa atividade. Nesse sentido, é importante que o professor, enquanto sujeito integral, observe, especialmente nesse contexto desafiante do trabalho remoto, como estão suas condições físicas e emocionais, uma vez que todos esses elementos se conjugam aos aspectos cognitivos, da mesma forma em que atuam no bem estar e plenitude para aprender dos estudantes. Só é possível, enquanto docente, oferecer o melhor aos estudantes se for dada atenção as suas necessidades básicas como ser humano.

Retomando os aspectos pedagógicos do planejamento, é necessário considerar que não é possível transpor integralmente para o ensino remoto o que fora planejado para o ensino presencial. Assim, é imprescindível analisar no âmbito de cada disciplina ou componente curricular o que

constitui o essencial para a formação dos estudantes. Para isso, é preciso ter em mente que: **mais vale ensinar/aprender bem um menor conjunto de conteúdos do que pulverizar uma gama de conteúdos que não poderão ser aprofundados e que resultarão em ausência de foco para estudo e aumento dos níveis de ansiedade nos estudantes.**

Para este planejamento e elaboração de novo Plano de Trabalho, especificamente das disciplinas que envolvam práticas, o Comitê Assessor de Ensino (CAEN) traçou algumas orientações, conforme Parecer IFFar/CAEN nº 04/2020. No replanejamento das atividades práticas, é importante responder algumas questões:

- a. É possível definir práticas diferenciadas que tenham equivalência formativa e finalizar a disciplina de forma remota?*
- b. É possível diluir estas práticas em disciplinas posteriores (especialmente pensando nos casos de turmas que não estão no último ano)?*
- c. É possível recuperar este conteúdo prático por meio de um projeto de ensino nos semestres subsequentes, finalizando a abordagem apenas teórica? (Parecer IFFar/CAEN nº 04/2020, p. 02)*

Além do planejamento no âmbito das disciplinas/componentes curriculares, é necessário o planejamento em nível de curso e *campus*. Diferentemente do ensino presencial, em que cada disciplina conta com uma sala de aula, um docente e uma turma de estudantes, cada aula tem um ritmo próprio e permite a vivência de diferentes experiências formativas, no ensino por meio de recursos digitais essa pluralidade de vivências dá lugar a uma experiência mais homogênea entre as disciplinas. Diante disso, **a experiência do ensino a distância já demonstrou que se obtêm melhores resultados quando um menor número de disciplinas é desenvolvido de forma simultânea, pois permite ao estudante se concentrar em determinadas temáticas e melhor dinamizar o seu tempo de estudo entre as unidades formativas.** Portanto, esse é um princípio importante para a organização pedagógica do ensino remoto.

Outro elemento que deve ser considerado na organização e desenvolvimento do ensino remoto é dar ciência aos estudantes sobre tudo o que foi planejado para essa nova etapa do calendário acadêmico, tão logo ele

for iniciado: os conteúdos a serem trabalhados nesse período, os objetivos a serem alcançados, os materiais que serão utilizados, as atividades a serem desenvolvidas, as avaliações, o espaço de tempo em que serão desenvolvidas tais atividades, as formas de interação e contato com o professor, entre outros. Ou seja, é necessária a elaboração de um plano de ensino mais detalhado. Tal plano deve ser disponibilizado aos estudantes por meio do SIGAA, que é o espaço virtual oficial para registro das atividades do ensino remoto¹.

Para a elaboração desse Plano de Ensino detalhado, o Parecer do CAEN apresenta algumas orientações:

(...) sugere-se analisar os conteúdos que ainda precisam ser abordados, respondendo à pergunta:

“Quais aprendizagens (conteúdos, habilidades) são as mais importantes neste momento?” - Após essa definição:

- *ordenar os conteúdos a serem abordados e destacar três ou quatro itens essenciais por conteúdo;*
- *pensar e destacar perguntas que deverão ser respondidas e compreendidas acerca do conteúdo selecionado;*
- *criar um glossário de palavras importantes que precisam, minimamente, ser aprendidas, memorizadas e aplicadas;*
- *a partir disso, pensar em atividades mais adequadas para responder as perguntas elencadas. (Parecer IFFar/CAEN n. 04/2020, p. 04)*

Para o desenvolvimento do planejamento de cada disciplina por meio de recursos digitais, é importante, também, considerar que as ferramentas disponíveis permitem a interação entre os sujeitos e objeto de ensino/aprendizagem de duas formas: síncrona e assíncrona.

► **Interação - síncrona:** a interação entre professor e estudante se dá no mesmo tempo e no mesmo ambiente virtual, pode ocorrer por meio de chats, webconferências, entre outros.

► **Interatividade - assíncrona:** a interação entre professor e estudantes, também chamada interatividade, ocorre em diferentes tempos, não sendo necessário que professor e estudante estejam conectados ao mesmo tempo. Há uma infinidade de possibilidades de atividades

¹ A Pró-Reitoria de Ensino disponibilizou um modelo de Plano de Trabalho para o Ensino Remoto.

assíncronas, indo desde a leitura de um texto à visualização de um vídeo, um debate em fórum de discussão, a realização de tarefas, entre outros.

É imprescindível lembrar que os estudantes possuem diferentes condições de acesso aos recursos digitais requeridos para o ensino remoto, sendo que o acesso à rede de internet e o dispositivo para tal (celular, tablet, computador) são os principais pontos de desigualdade. **Para que tais desigualdades sejam minimizadas e não resultem e/ou aprofundem desigualdades educacionais, é necessário que o acesso aos mesmos conteúdos trabalhados de forma síncrona, sejam viabilizados também de forma assíncrona, visto que as maiores dificuldades são enfrentadas no desenvolvimento das atividades síncronas, as quais exigem conexão de internet em tempo real.**

É necessário considerar também que a interação síncrona via plataformas virtuais exige muito mais do nosso cérebro do que se estivéssemos falando ou assistindo à aula de forma presencial. Por isso, não é produtivo reproduzir o mesmo número de aulas presenciais no ambiente virtual. A aula no ensino remoto assume outro formato: trata-se mais de um momento de orientação e estímulo para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes frente ao seu processo de aprendizado, que se dará a partir do estudo dos materiais disponibilizados, da realização das atividades e de um suporte para os estudantes tirarem dúvidas e buscarem auxílio frente às dificuldades encontradas. Assim, quando ocorrer o encontro virtual síncrono, deve-se priorizar por orientar os estudos e as tarefas, criar vínculos, comentar aquilo que foi estudado e estimular o contato entre os estudantes. O professor deve falar da aula e não dar aula o tempo todo, por mais difícil que pareça. Também podem ser marcados encontros virtuais só para responder as dúvidas, sem a obrigatoriedade de participação de todos os estudantes. Não significa que o professor não possa dar aula, no sentido de expor o conteúdo. Mas, não deve utilizar os momentos síncronos tendo como foco apenas o ensino, tampouco desenvolver as atividades de ensino apenas por meio desse recurso.

Especialistas indicam que as atividades síncronas devem ocupar

apenas 30% do tempo que seria destinado às aulas presenciais, exatamente porque o acúmulo de informações geradas nesses momentos não favorece a aprendizagem, causando uma sobrecarga mental nos estudantes. Tendo em vista o tamanho das turmas e a falta de familiaridade dos estudantes com o uso dessas ferramentas, corre-se o risco de as aulas virtuais ficarem centradas na fala do professor, não gerando interatividade. Nesses momentos de encontro síncrono é necessário prestar a atenção na comunicação, que precisa ser assertiva, empática, esclarecedora (explicar o motivo e qual a importância), sensibilizadora, embasada em fatos, não violenta, oportunizar o espaço de fala para os participantes, ouvir com atenção e estar disponível ao diálogo.

Os encontros síncronos precisam ser agendados previamente, para que os discentes se organizem com tempo. Como suporte tecnológico para o seu desenvolvimento, podem ser utilizadas diferentes plataformas, sendo uma delas o Google Meet, que é vinculado às contas institucionais de emails, tanto dos servidores, quanto dos estudantes. Em virtude de sua eficiência e dos recursos disponíveis, como a gravação das vídeo-aulas, recomenda-se o uso dessa ferramenta e disponibilização da gravação na turma virtual do SIGAA, para fins de registro dessa atividade e da garantia do acesso a todos os estudantes, inclusive àqueles que por dificuldade de conexão com a internet não puderam participar em tempo real.

Algumas estratégias que podem ser utilizadas para dinamizar os **encontros síncronos**:

► **Técnica de Quiz** - iniciar o encontro com uma atividade simples de verdadeiro/falso, para ser respondida no chat da ferramenta em que está ocorrendo o encontro. Isso atrai a atenção do estudante e prepara a mente para aprender. Não importa se os estudantes acertam ou não a resposta, o desafio libera dopamina e estimula sinapses cerebrais que auxiliam a aprendizagem. Essa estratégia promove o engajamento do estudante na atividade.

► **Exposição de conceitos** - ao final da explicação de cada conceito traba-

lhado, estimular os estudantes a fazerem uma síntese, oral ou escrita (no próprio chat da ferramenta). Com isso, o professor pode observar o que foi compreendido e os estudantes são desafiados a sistematizar, por meio da linguagem oral ou escrita, seu aprendizado. Esse exercício é também uma maneira de apreender o que foi ouvido/visualizado, enriquecendo o processo de aprendizagem.

► **Síntese do encontro** - relatar de forma resumida o que ocorreu durante o encontro síncrono (lembrar que vários participantes podem ter perdido ou tido falhas na conexão), de forma a retomar os conceitos trabalhados e fazer conexão com as próximas atividades.

► **Encaminhar os estudos seguintes** - é importante aproveitar o espaço dos encontros síncronos para explicar e orientar as atividades assíncronas, que darão continuidade aos estudos, assim como as atividades avaliativas envolvendo o conteúdo trabalhado, quando previstas.

► **Oportunizar uma autoavaliação** - ao final de cada encontro síncrono é válido realizar uma auto avaliação para identificar o que os estudantes entenderam e avaliar inclusive a organização/desenvolvimento desse momento. Estamos todos aprendendo a fazer ensino remoto e um caminho para qualificarmos essas práticas é o da reflexão coletiva.

Outras estratégias para a comunicação síncrona podem ser adotadas, como a criação de grupo de whatsapp. Independente das ferramentas que venham a ser adotadas, é importante sempre lembrar de realizar o registro desses contatos/interações.

No âmbito da interatividade assíncrona estão incluídas as atividades propostas aos estudantes e o próprio conteúdo/conhecimento que é objeto do ensino e da aprendizagem. Considerando o parâmetro de até 30% na forma de atividades síncronas, pode-se pensar também em parâmetros para a interatividade. **Tendo em vista que o protagonismo do estudante é essencial para que ocorra a aprendizagem no ensino remoto, pode-se adotar como parâmetro 40% para atividades assíncronas e 30% para o conteúdo assíncrono, por exemplo.** Tais parâmetros não precisam

ser calculados em hora/aula, são apenas referenciais de peso que o professor deve considerar ao elaborar o planejamento de suas disciplinas.

Para as atividades assíncronas há uma infinidade de ferramentas digitais disponíveis. A escolha das ferramentas deve considerar dois principais fatores: é acessível a partir de diferentes dispositivos (celular, computador, tablet) e de velocidades de conexão com a internet? É adequada ao objetivo pedagógico que se pretende atingir?

Quanto ao conteúdo assíncrono - entendido como a transposição do conteúdo que seria explicado pelo professor em sala de aula presencial, o livro, o artigo impresso, entre outros, para bases digitais - é importante fazer uso de diferentes suportes digitais, como: texto digital e interativo, vídeos, ilustrações, áudios (que pode ser no formato de podcasts), infográficos, entre tantos outros. Essa orientação tem como premissa as diferentes formas de aprender, entre as principais estão: auditiva, visual e sinestésica. Cada estudante tem um perfil diferente de aprender, alguns têm mais facilidade ouvindo o conteúdo, seja por meio da fala do professor ou de gravações (podcast, audiobook), outros têm preferência pelos materiais visuais (textos, vídeos, ilustrações, gráficos), e há também aqueles que precisam interagir, colocar "a mão na massa", utilizando-se para além dos sentidos da audição e visão, o que demanda, no ensino remoto, a utilização de materiais digitais interativos. A diversificação dos materiais é essencial para que sejam contempladas as diferentes formas de aprender.

Tais materiais, além de diversificados, precisam ser adequados à capacidade de aprendizagem, no sentido de seu tamanho e/ou tempo de duração. É preciso considerar que os estudantes estarão realizando seus estudos em casa, inseridos em uma nova rotina familiar, com crianças e adultos desenvolvendo diferentes atividades no mesmo ambiente, muitas vezes compartilhando seu dispositivo de acesso à internet, com a interferência dos diferentes sons característicos dos fazeres da casa, e isso tudo interfere na capacidade de concentração. Diante disso, os materiais didáticos precisam ter sua extensão adequada às condições dessa nova rotina de estudos, abordar os conhecimentos de forma criativa e intera-

tiva, de forma a prender a atenção dos estudantes. Além disso, é necessário, mais uma vez, estar atento à acessibilidade destes materiais, tanto do ponto de vista tecnológico, dos diferentes dispositivos de acesso pelos estudantes, como também do ponto de vista da acessibilidade aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Nenhum material didático por melhor elaborado que seja, garante por si só a qualidade e a efetividade do processo de ensino e de aprendizagem. Eles cumprem a função de mediação e não podem ser utilizados como se fossem começo, meio e fim de um processo didático, ou seja, o material didático deve integrar um ciclo mais completo de ensino e aprendizagem. Se um filme, por exemplo, for indicado como suporte à aprendizagem de um determinado conteúdo, é importante que o professor sinalize em que instantes (minutos/sequências) estão as cenas que devem requerer maior atenção, pois elas embasarão as discussões com os estudantes, e/ou servirão de apoio à produção de um texto avaliativo ou, ainda, para ilustrar, exemplificar, qualquer que seja a intencionalidade pedagógica.

É importante dizer que os materiais didáticos não precisam ser elaborados integralmente pelos professores. Diferentes recursos tecnológicos digitais já disponíveis na internet podem servir como material didático, desde que citadas as fontes e observados os critérios de licença para uso. Nesse caso, o papel do professor é o de curador de tais materiais, ou seja, de conhecê-los previamente e de selecioná-los de acordo com a intencionalidade pedagógica e o público alvo. São alguns exemplos:

- ✓ **Recursos visuais:** álbuns, fotografias, figuras, ilustrações, visitas guiadas a museus, mapas interativos, gráficos, jornais.
- ✓ **Recursos auditivos:** áudios, cinema sonoro, programas de rádio, podcasts.
- ✓ **Recursos audiovisuais:** filmes, slides animados, documentários, telejornais.

4.2. Que metodologias de ensino e aprendizagem é possível utilizar no ensino remoto?

Não cabe aqui apontar metodologias específicas para uso no ensino remoto, uma vez que as escolhas metodológicas são de autonomia do professor, mas indicar quais os princípios que devem orientar as escolhas metodológicas no âmbito do ensino remoto.

Considerando os princípios, objetivos e diretrizes do ensino remoto no IFFar, sistematizados nesse documento, é possível desenvolver diferentes estratégias de ensino e aprendizagem. Uma das principais diferenças do ensino remoto, como vimos, é a necessidade ainda maior da interação e protagonismo dos estudantes. Assim, as estratégias metodológicas utilizadas devem estimular a sua participação ativa, tanto nos momentos síncronos, como nos momentos assíncronos, seja por meio das atividades ou pela interação com os diferentes suportes de materiais didáticos.

Outro princípio é o da necessidade de estimular o foco e a concentração dos estudantes, considerando todos os fatores que constituem o cenário em que estamos vivendo. As estratégias de ensino, nesse sentido, precisam ser pensadas por meio de atividades/momentos de curta duração, mesmo que sejam necessários vários momentos/atividades para desenvolver um único conteúdo. Aliado a isso, o desenvolvimento de atividades de forma interdisciplinar contribui para a otimização do tempo e para a integração entre os diferentes conteúdos, garantindo uma aprendizagem significativa.

No âmbito do Programa de Formação, apresentado no item 5, diferentes metodologias de ensino com base no uso das tecnologias serão objeto de estudo, de forma a ampliar o repertório formativo dos professores nessa área.

4.3. Como fica a frequência no ensino remoto?

Independente da forma de desenvolvimento do ensino, se presencial, a distância ou remota, a frequência deve ser encarada como condição para aprendizagem, e não como um fim em si mesma. A tradicional “falta”, poderá fazer falta no percurso formativo, uma vez que o estudante deixará de ter acesso aos conteúdos e atividades desenvolvidos naquele momento, e é essa a principal preocupação que deve orientar professores e gestores de ensino no acompanhamento da frequência dos estudantes.

No ensino remoto a preocupação com a frequência dos estudantes nas atividades propostas, sejam elas síncronas e assíncronas, continua a mesma: garantir condições para aprendizagem. No entanto, é necessário observar que os estudantes podem estar ausentes em determinado momento, não pela sua vontade, mas por impeditivos de outra ordem (acesso à internet, urgências de ordem pessoal - afinal estamos vivendo uma pandemia!). Nesses casos, o procedimento não deve ser o de registro da falta, mas o de como viabilizar o acesso ao conhecimento trabalhado no momento em que este estudante esteve ausente.

O acompanhamento da frequência dos estudantes é importante para que o docente possa identificar aqueles que não estão conseguindo acompanhar e/ou desenvolver as atividades propostas e estabelecer contato para verificar de que modo a instituição pode ajudar esse estudante na recuperação da aprendizagem, evitando possível evasão ou reprovação. O critério final para aprovação, ou não, deve ser o de rendimento do estudante, mensurado ao longo do processo formativo a partir dos critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelo docente.

4.4. E a Avaliação no ensino remoto?

Tradicionalmente, temos avaliado apenas a capacidade de dominar os conceitos, de memorizá-los e expressá-los corretamente, com isso, o processo de avaliação contempla apenas algumas das capacidades dos estudantes, desvalorizando as demais. De acordo com Pacheco, ao se falar na avaliação escolar, “imediatamente ocorre falar da avaliação do rendimento dos alunos como se esta fosse algo que recaia exclusivamente sobre eles, ignorando-se os restantes intervenientes no processo de desenvolvimento de um curriculum (1995, p.13).

Antunes (1998, p.11), conceitua inteligência como “a capacidade cerebral pela qual conseguimos penetrar na compreensão das coisas escolhendo o melhor caminho”. A avaliação, no contexto formativo, deve servir exatamente para a escolha do “melhor caminho”. Os resultados das avaliações auxiliam no ajuste de conduta de determinado processo, ou seja, tanto estudantes quanto docentes precisam considerar o percurso e o resultado para manter ou alterar o processo seguinte. A avaliação não tem um fim em si mesma, mas o de qualificar a ação educativa. Há de se considerar, ainda, que a avaliação da aprendizagem dos estudantes constitui-se em processo autoavaliativo do agir/fazer docente.

A flexibilização do currículo é a alternativa que se tem, no momento, para atender e contemplar a diversidade dos sujeitos, os problemas emocionais, financeiros e familiares, além das diferentes implicações do atual contexto de pandemia nas condições de vida. Assim, além adequar as avaliações para que a aprendizagem seja significativa, também será necessário redimensionar a complexidade a fim de evitar que um mau desempenho venha a favorecer a evasão ou abandono escolar. Há que se ter parcimônia, pois nesse momento o menos é mais. Um trabalho contínuo de análise e intervenções pontuais durante a realização dos estudos contribuirá mais para o desenvolvimento das potencialidades de cada um, do que um eventual exame final.

É necessária uma atenção específica para os estudantes que possuem: transtornos específicos de aprendizagem, deficiência e outras condições médicas e neuropsiquiátricas que constituem a diversidade humana.

Para estas condições valem estratégias específicas para cada condição apresentada pelos estudantes, a partir do suporte dos profissionais especialistas na área que atuam na instituição.

Assim como as aulas presenciais não podem ser transpostas a partir do mesmo planejamento para o ensino remoto, é válido lembrar que o mesmo serve também para a avaliação. Não é possível realizar a tradicional prova no mesmo formato do ensino presencial, uma vez que, entre outras coisas, é impossível reproduzir o mesmo cenário da sala de aula no ambiente virtual. É necessário repensar a forma e os instrumentos de avaliação. É necessário considerar que a tecnologia, de forma geral, “é um elemento facilitador da execução de qualquer trabalho: por meio dela abrem-se novos caminhos de ação, que podem ser realizados com menor esforço e melhores resultados” e “sua aplicação no desenvolvimento da avaliação deve proporcionar vantagens semelhantes” (RODRIGUES, 2015, p. 130).

O momento da avaliação é também um momento de aprendizagem. A consulta a materiais para responder atividades avaliativas pode ser uma oportunidade de o estudante atribuir sentidos ao conteúdo estudado, desde que as questões sejam elaboradas de forma a levar o estudante a pensar e não apenas reproduzir o conceito apresentado no material didático.

Partindo do pressuposto de que a avaliação deve orientar o processo de ensino e aprendizagem, o feedback das avaliações constitui-se em uma ação imprescindível. Oportunizar a revisão coletiva dos conteúdos avaliados a partir da apresentação e discussão do gabarito (seja ele referente a questões objetivas ou dissertativas) da avaliação, incluindo a possibilidade de refazer a avaliação, é uma forma de oportunizar o avanço no aprendizado. Assim, a partir de um mesmo instrumento avaliativo é possível mensurar o que já foi aprendido e promover novos aprendizados.

Alguns exemplos e sugestões que podem orientar o planejamento de atividades avaliativas:

- promover atividades em grupo (o SIGAA - Turma Virtual tem essa possibilidade) estimula a cooperação e a colaboração;

- ▶ avaliações condizentes com a realidade do momento, rápidas e objetivas, utilizando diferentes dinâmicas: desenhos, mapas conceituais, resolução de problemas;
- ▶ uso de instrumentos que não apenas valorizarem o que os estudantes já sabem, mas que estimulem o aprender cada vez mais;
- ▶ as estratégias e ferramentas devem variar conforme os conhecimentos que se vai avaliar: **conhecimentos de escrita**: fóruns, textos coletivos, diários de análises de conteúdos e reflexões, resumos, fichas catalográficas, histórias em quadrinhos, infográficos, entre outros (não é o momento para pedir a escrita de artigos como avaliação intermediária); **capacidade de expressão oral**: podcast, vídeos, apresentação de um *webnário*, etc; **racícionio** lógico matemático: laboratórios virtuais, jogos matemáticos *on-line* associando aos conteúdos trabalhados em aula, entre outros; **conhecimentos espaciais**: realizar pesquisas no google maps, relacionadas aos conteúdos da disciplina, mapas conceituais, entre outros;
- ▶ fazer uso de tecnologias de fácil acesso frente aos diferentes dispositivos e conexões de internet utilizados pelos estudantes, como a ferramenta *google forms*;
- ▶ oportunizar diferentes formas de os alunos expressarem seu aprendizado, como: escrita, oral, visual, gráfica.

5 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Os desafios do contexto em que estamos vivendo são por si só formativos. Todas as esferas da vida foram afetadas, entre elas a do trabalho. Como profissionais da educação, estamos todos imersos no desafio de reinventar os processos formativos sob a condição de isolamento social, e a formação continuada, por meio do estudo e trocas de experiências, é um facilitador para esse processo.

Nessa direção, a instituição propõe o Programa “IFFar FormAção: conectando Saberes e Práticas”, como uma estratégia resultante de um conjunto de ações de formação que se concretizam mediante o princípio da colaboração, com vistas no aprofundamento teórico, no aprimoramento metodológico e na fundamentação da prática pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando a qualificação da formação dos docentes, técnicos administrativos e discentes de todas as unidades do IFFar.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria MEC n. 544, de 16 de junho de 2020.

BRASIL. Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 05, de 28 de abril de 2020.

IFFar. Parecer CAEN n. 04, de 09 de julho de 2020.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

PACHECO, José. **Avaliação dos alunos na perspectiva da reforma**. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1995.

RODRIGUES, Eric Freitas. A avaliação e a tecnologia: a questão da verificação da aprendizagem no modelo de ensino híbrido. In: BACHI, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

ALAMEDA SANTIAGO DO CHILE, 195

NOSSA SRA. DAS DORES - CEP 97050-685

SANTA MARIA | RIO GRANDE DO SUL

(55) 3218-9800 | IFFARROUPILHA.EDU.BR